



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### REQUERIMENTO Nº /2022

(Do Sr. Rodrigo Agostinho e a Sra. Joenia Wapichana)

*Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para tratar do dossiê “Fundação anti- indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro” produzido pela Indigenistas Associados (INA) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para tratar do dossiê “Fundação anti- indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro” produzido pela Indigenistas Associados (INA), e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Para esta Audiência Pública sugerimos convidar os representantes das seguintes organizações:

1. Um representante do INA - Indigenistas Associados;
2. Um representante da COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia;



3. Um representante da APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;
4. Um representante do CIMI - Conselho Indigenista Missionário;
5. Um representante do Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos.

## JUSTIFICAÇÃO

Desde o início do governo Bolsonaro, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem sido alvo do desmonte da política indigenista. Este fato é evidenciado pelo relatório produzido pelo INA e Inesc, informando o cenário de “destruição de políticas que foi acionada em nível federal no Brasil durante o ciclo governamental 2019-2022”. O conteúdo da pesquisa explicita o histórico de estratégias de descaracterização de políticas públicas, por meio de medidas provisórias, instruções normativas e mudanças administrativas, que a princípio tem como finalidade regulamentar leis, mas que são instrumentalizadas para neutralizar o objetivo de um determinado órgão, como a nomeação para cargos de chefia de pessoas contrárias às políticas que vão chefiar.

O desmantelamento da proteção aos direitos indígenas e suas políticas públicas são demonstrados em seus nove capítulos, constatando como a Funai está realizando um trabalho contrário à sua justificativa de existência. Os problemas apontados no primeiro capítulo são a reorganização da administração pública sob a gestão de Bolsonaro, editadas pela MP 870, que foi marcada pela troca do presidente da Funai e a transferência para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a identificação e delimitação das terras indígenas.

O segundo ponto abordado pela pesquisa são os contornos da gestão presidencial do órgão, chamada de “Nova Funai”, levantando dados a respeito da diminuição drástica dos recursos para a temática indígena que intencionalmente foram orquestrados pelas leis orçamentárias elaboradas pelo governo Bolsonaro e enviadas ao Congresso Nacional para deliberação. No terceiro e no quarto



capítulo são analisados os impedimentos burocráticos à ações em terras indígenas e aldeias, as omissões constantes na não aplicação de leis existentes, despedaçando o direito indígena às suas terras e interrompendo a execução da política demarcatória. Nos capítulos seguintes apresentam as normativas propostas pela nova gestão da Funai e principalmente o favorecimento de terceiros à posse e exploração econômica das Terras Indígenas. O penúltimo capítulo trata dos casos judiciais do período citado e a extensão jurídica do anti-indigenismo da “Nova Funai”. Finalizando, o capítulo 9 discorre sobre a resistência da direção em atuar em Terras Indígenas que não foram delimitadas e homologadas por decreto presidencial.

A postura da presidência da Funai e suas ações transformaram a instituição em referência para a submissão e sufocamento dos direitos indígenas aos interesses ruralistas, mantendo um vínculo entre Seaf/Mapa e Funai que foi derrotado pelo Congresso na MP 870. Com essa nova administração, o órgão indigenista está tomado por interesses opostos às garantias constitucionais dos povos indígenas, da garantia das condições climáticas e ambientais relativas à expansão agropecuária, da destinação de terras e projetos de preservação da natureza e à posse por populações tradicionais, quilombolas e indígenas.

Nesse sentido, em um cenário de diversas violências, violações e investidas em detrimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas, é importante a publicidade do dossiê no Parlamento, que tem missão institucional de fiscalizar o executivo, conforme cita nosso texto Constitucional de 1988. Para tanto, faz-se necessário que as organizações indígenas e indigenistas possam relatar para esta Casa a situação da população indígena sob a atual direção da Funai, para que o Legislativo possa se manifestar e propor os devidos encaminhamentos.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2022.

**DEPUTADA JOENIA WAPICHANA**  
Líder da REDE Sustentabilidade

**DEPUTADO RODRIGO AGOSTINHO**  
PSB/SP





## Requerimento (Do Sr. Rodrigo Agostinho)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para tratar do dossiê “Fundação anti- indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro,” produzido pela Indigenistas Associados (INA) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Assinaram eletronicamente o documento CD227407707100, nesta ordem:

- 1 Dep. Rodrigo Agostinho (PSB/SP)
- 2 Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)

